

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 023/2021
PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL
PARECER Nº 137/2021
REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES

EMENTA: "CRIAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL. NORMA PROGRAMÁTICA. GESTÃO PARTICIPATIVA. ART. 151, E SEGUINTE DA EMENDA À LEI ORGÂNICA 012/2013".

1. RELATÓRIO:

Trata-se de um projeto de lei, oriundo do Executivo Municipal, onde almeja a Instituição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências, objetivando maior participação da sociedade nas decisões voltadas para a assistência ao Idoso no Município.

Foi solicitado parecer jurídico acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 023/2021 oriundo do Poder Executivo.

2. PARECER:

Trata-se de projeto que assegura um novo modelo de gestão governamental que está sendo proposto para a área e que exige por parte do ente federativo a criação de mecanismos aptos para a realização de assistência ao Idoso para a participação da sociedade civil. Trata-se do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa.

A Política agropecuária está inserida no Capítulo VI do Título VI (da Ordem Econômica e Social) da Lei Orgânica do Município de Guaçuí.

Assim, toda e qualquer disposição normativa que disponha sobre desenvolvimento ao idoso no Município de Guaçuí deve estar em conformidade com as respectivas disposições da Lei Orgânica.

Analisando-se a proposta, verifica-se que o projeto é essencialmente programático em várias de suas disposições, não inovando nada no ordenamento jurídico. De outra parte, em outros dispositivos, verifica-se que trata da assistência ao idoso municipal, cujas regras têm cunho normativo.

Comparando-se as disposições da proposta com as disposições contidas na Lei Orgânica, não verificamos incompatibilidade, ressalvando-se, inclusive, que de acordo com o art. 151 da Lei Orgânica, "O Município deverá implementar as medidas necessárias para possibilitar a participação da população na gestão da Administração Pública Local, nos termos desta Lei Orgânica". Daí a orientação na criação dos conselhos municipais.

Ademais, assim disciplina o art. 152 da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

Art. 152. Sem prejuízo do exposto no artigo anterior, o Município deverá estimular, orientar e apoiar todas as formas de atuação da população na prestação dos serviços públicos, observando o disposto nesta lei Orgânica e na legislação federal.

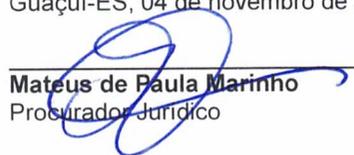
Conforme se vê do projeto enviado pelo poder Executivo é possível esclarecer que o Projeto de Lei nº 023, de 2021, compreende os requisitos necessários para a Instituição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da pessoa Idosa, sob o respaldo do art. 151 c/c 152 da Emenda à Lei Orgânica nº 012/2013, do Município de Guaçuí.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de parecer pela Presidência, **OPINAMOS** pela regular tramitação do presente Projeto de Lei, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o parecer.

Guaçuí-ES, 04 de novembro de 2021.


Mateus de Paula Marinho
Procurador Jurídico



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://www3.cmguacui.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 32003900370033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Mateus de Paula Marinho** em 05/11/2021 14:30

Checksum: **A85BC69DACDAD1818C32B65A16FD7BB493C49D5CF2D3443284CC9CD1A3D68A72**

